



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1286/2024
(à MPV 1286/2024)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.286, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

EMENDA ADITIVA

Inclua-se a seguinte seção e o seguinte artigo:

“CAPÍTULO...

DAS CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL E AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

Art.... As Tabelas “a”, “b” e “c” do Anexo IV, da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004 passam a vigorar na forma do Anexo CCCXXII a esta Medida Provisória.

Sala da Comissão...

ANEXO CCCXXII

(ANEXO IV à Lei nº 10.593, de 15 de julho de 2004)

CARREIRAS TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL E DE AUDITORIA FISCAL DO TRABALHO

a) Vencimento básico para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:



Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466,22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433,43
	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27

b) Vencimento básico para os cargos de Analista-
Tributário da Receita Federal do Brasil:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	17.740,89	19.353,54	21.112,77
	II	17.108,03	18.633,15	20.359,63
	I	16.772,58	18.297,21	19.960,42
PRIMEIRA	III	15.811,26	17.248,50	18.816,39
	II	15.203,13	16.585,09	18.092,68
	I	14.056,15	15.333,85	16.727,70
SEGUNDA	III	13.515,52	14.744,08	16.084,32



	II	13.250,52	14.454,99	15.768,95
	I	12.735,99	13.893,69	15.156,63

c) Vencimento básico para os Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho:

Em R\$

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO – EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º DE MAIO DE 2023	1º DE JUNHO DE 2025	1º DE ABRIL DE 2026
ESPECIAL	III	29.760,95	32.466,22	35.417,40
	II	28.934,13	31.564,24	34.433,43
	I	28.422,52	31.006,13	33.824,58
PRIMEIRA	III	26.846,11	29.826,42	31.948,56
	II	26.319,73	28.712,19	31.322,13
	I	25.297,70	27.597,26	30.105,85
SEGUNDA	III	24.324,71	26.535,86	28.947,93
	II	23.847,76	26.015,32	28.380,33
	I	22.921,71	25.005,29	27.278,27

.....”

Luiz Carlos Busato

União/RS

JUSTIFICAÇÃO

Justificação



Em meados de 2024, ao se deparar com uma crescente mobilização do conjunto geral de seus servidores, o Poder Executivo achou por bem propor a negociação da recomposição das perdas inflacionárias nos vencimentos dos servidores carreira a carreira.

O Termo de Acordo MGI 01/2024, assinado pelas entidades representativas dos servidores, assegurava o reajuste nos valores do Auxílio Alimentação, do Per Capita da Saúde Suplementar e da Assistência Pré-Escolar. A contrapartida que constou no Termo, em sua cláusula segunda era o seguinte compromisso:

“as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias, devendo ser instaladas até o mês de julho de 2024”

Como muitas carreiras aguardavam já há vários anos por uma real reestruturação nas quais se poderiam negociar estas mudanças nas estruturas remuneratórias até simples trocas de nomenclatura, o Termo de Acordo foi aprovado.

No curso das mesas de negociação com as carreiras do Poder Executivo o que o MGI propôs foi basicamente o aumento na quantidade de classes e padrões e alguma reposição das perdas inflacionárias, tendo aceitado também algumas trocas de nomenclatura de cargos e carreiras.

Contudo, duas carreiras foram abandonadas nas negociações conduzidas pelo MGI, a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e a Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, a primeira composta pelos cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil e de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Para essas duas carreiras o Poder Executivo apenas regulamentou, na forma de decretos regulamentadores, a variação, conforme os índices de eficiência dos respectivos órgãos, do Bônus de Eficiência e Produtividade, com efeitos a partir de março de 2024. Essa regulamentação apenas colocou um termo final a uma negociação feita com as categorias em 2016 e que estava sem cumprimento integral por parte do Governo Federal desde então.



As perdas inflacionárias na remuneração dessas carreiras, calculadas pelo IPCA desde a última recomposição (em 2016) superam os 39%, já descontado os 9% dados a título de recomposição geral, para todos os servidores do Executivo, em maio de 2024.

Um cargo que sempre esteve em patamar remuneratório similar ao das Carreiras Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e Auditoria Fiscal do Trabalho foi a dos Procuradores da Fazenda Nacional (agora integrantes das Carreiras da Advocacia Pública). Os vencimentos dos Procuradores Fazendários também são compostos por uma parcela variável, os honorários sucumbenciais (semelhante ao Bônus de Eficiência), mesmo assim o MGI, com justiça, concedeu um reajuste de 19% nos vencimentos básicos do Procuradores da Fazenda Nacional, a ser implementado em duas parcelas (junho de 2025 e abril de 2026).

A injustiça reside na não concessão de recomposição de perdas inflacionárias aos Analistas-Tributários e Auditores Fiscais da RFB, e aos Auditores-Fiscais do trabalho.

A presente emenda tem como escopo afastar essa injustiça, concedendo aos três cargos um tratamento isonômico com seus pares do Poder Executivo. O reajuste proposto é de 19% em duas parcelas a produzirem efeitos a partir de junho de 2025 e abril de 2026.

Em cumprimento ao artigo 113 do Ato das Disposições constitucionais transitórias, estima-se na tabela a seguir o impacto orçamentário e financeiro do reajuste aqui proposto.

O estudo consolidado na referida tabela considera os quantitativos da servidores ativos e inativos em cada cargo e ainda o regime previdenciário em relação aos inativos.

Impacto Orçamentário e Financeiro do Reajuste Proposto



Órgão/Cargo		Receita Federal			Ministério do Trabalho		Total	
Despesa		Auditor-Fiscal	Analista-Tributário	Subtotal	Auditor-Fiscal	Subtotal		
2025	Primaria	546.995.529	152.656.194	699.651.723	138.831.716	138.831.716	838.483.439	
	Financeira	34.431.996	16.717.906	51.149.902	11.157.946	11.157.946	62.307.848	
	Total	581.427.525	169.374.100	750.801.625	149.989.662	149.989.662	900.791.286	
2026	Primaria	1.097.825.180	511.119.286	1.402.944.466	381.192.575	381.192.575	1.784.137.043	
	Financeira	66.758.003	33.440.273	100.198.276	36.258.661	36.258.661	136.456.936	
	Total	1.164.583.183	548.559.559	1.503.142.742	417.451.236	417.451.236	1.920.593.979	
2027	Primaria	225.829.127	62.440.560	288.269.687	57.043.575	57.043.575	345.313.262	
	Financeira	12.156.022	7.043.146	19.199.168	4.385.834	4.385.834	23.585.002	
	Total	237.985.149	69.483.706	307.468.855	61.429.408	61.429.408	368.898.263	

Considerando os dados da tabela acima, constata-se que os valores propostos são plenamente compatíveis com os limites de acréscimo na despesa com pessoal autorizado no Anexo V da LOA 2025, R\$16,8 bilhões na despesa primária e R\$1,918 bilhões na despesa financeira, sendo facilmente cobertos com os recursos destinados para Reserva de Contingência na LOA.

Sendo assim, cabe ao Poder Legislativo corrigir flagrante tratamento injusto e até mesmo discriminatório em relação a três dos cargos de maior relevância para a sociedade brasileira. Dois deles compõem a autoridade fiscal e tributária da União, além de atuar na segurança pública, protegendo as fronteiras contra o tráfico de armas e drogas, e o fluxo de mercadorias irregulares. O outro cargo atua na vigilância e coordenação das relações de trabalho, atuando na guarda dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Deputado Luiz Carlos Busato

União/RS



Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

Deputado Luiz Carlos Busato
(UNIÃO - RS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258904195700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Busato

